



Informativo da

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Brasília, 02 a 08 de novembro de 2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Luz Alves / Câmara dos Deputados

CTASP debate aplicativo Uber em Audiência Pública com taxistas

Agência Câmara Notícias - editado

Representantes do Uber e de taxistas divergiram na última terça-feira (27) sobre a legalidade do serviço prestado pelo aplicativo em mais um debate acalorado sobre o assunto na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. No final da audiência, motoristas das duas categorias bateram boca e a Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados foi chamada.

O diretor de políticas públicas do Uber no Brasil, senhor Daniel Mangabeira, afirmou que o serviço é acusado injustamente de clandestino e de pirata. “A lei estabelece quatro categorias de transporte urbano, duas delas de transporte individual e duas privadas”, informou. De acordo com Mangabeira, não se pode misturar dois serviços diferentes, sendo que um é baseado em uma plataforma tecnológica e outro baseado nos serviços de táxi: “Uma categoria, dos taxis, é regulamentada no âmbito federal e municipal. Outra categoria nova, sem regulação, não pode ser considerada ilicitude”, disse.

O diretor-presidente da Associação Brasileira das

Associações Cívicas e Cooperativas de Motoristas de Taxi, senhor Edmilson Americano, afirmou que a intenção do Uber é legalizar o transporte clandestino. “Vocês, do Uber, não enganam ninguém. Isso é para encaixar o clandestino na lei. O Uber faz o serviço de taxi, de transporte remunerado de passageiro”, criticou. O diretor também criticou a ausência de fiscalização do aplicativo.

“Não queremos confrontar com os meios existentes. Estamos diante de um fato: a tecnologia não vai retroceder. O debate é como vamos internalizar isso para todo mundo, para a sociedade, para o cidadão e para os trabalhadores”, finalizou Mangabeira.

O deputado Augusto Coutinho (SD-PE), que solicitou a audiência pública, defendeu a regulamentação do serviço. “O que os taxistas reclamam é que o sistema Uber não tem nenhum tipo de controle. Mas a verdade é que é um sistema que a população tem absorvido muito bem. Temos que construir uma solução sensata para resolver esse impasse.

PL auxilia pescador artesanal

O PL 6.884/10, de autoria do Deputado Fernando Marroni (PT/RS), foi aprovado pela CTASP, durante reunião deliberativa do dia 28/10. O Projeto determina o pagamento de seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo, ao pescador artesanal impedido de exercer a atividade de safra da pesca por conta de condições climáticas ou meteorológicas desfavoráveis.

O benefício será destinado ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal em águas interiores ou continentais, e poderá ser concedido por até três meses. O valor deverá ser financiado pelos

recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O relator do projeto, Deputado Lucas Vergílio (SD/GO), deu parecer favorável ao projeto no formato do substitutivo aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

“Possibilitar que os pescadores que trabalham com a atividade pesqueira de forma artesanal possuam acesso à fonte de renda nas hipóteses em que sejam impedidos de exercer sua profissão é assegurar dignidade a homens e mulheres que tanto se esforçam na pesca, promovendo o desenvolvimento nacional”, declarou o Deputado.

PL estabelece regras para execução de despesas

A CTASP aprovou, no último dia 28, Projeto de Lei nº 3.427/12, de autoria da Deputada Erika Kokay (PT/DF), que estabelece regras para execução de despesas oriundas de emendas parlamentares, convênios, acordos e outros instrumentos congêneres, sobre a prestação de contas desses recursos. O PL tem como objetivo principal impor mais rigor e transparência na aplicação de recursos designados a convênios. Visa, também, aperfeiçoar os mecanismos de controle sobre a prestação de contas de tais recursos.

Kokay justificou a importância do Projeto para mostrar à população que desvios eventuais de recursos não ficarão impunes. “Devemos estabelecer mais rigor para a concessão, efetivação e prestação de contas dessas transferências, prevenindo também consequências rigorosas em caso de irregularidades ou fraudes”, afirmou a autora do PL.

O relator, Deputado Benjamin Maranhão (SD/PB), presidente da CTASP, deu parecer favorável à proposição em forma de substitutivo.

PL torna permanentes ações do Pronatec

Agência Câmara Notícias

A CTASP aprovou proposta que caracteriza como permanentes e contínuas as ações do Pronatec, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego do governo federal. O PL 1428/15, do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), também torna obrigatórias as transferências de recursos às instituições que executam o programa e determina que os repasses anuais não sejam menores que os do ano anterior. A relatora na comissão, Deputada Geovania de Sá (PSDB-SC), recomendou a aprovação da matéria.

O objetivo do PL é garantir pleno funcionamento do programa, sem problemas decorrentes da falta de recursos. “O orçamento do MEC (Ministério da Educação) para o ano corrente sofreu um corte de R\$ 10,3 bilhões, e as vagas ofertadas pelo Pronatec sofreram um corte de 60% em relação a 2014”, observou Geovania de Sá.

A deputada argumentou que, ao indicar uma fonte estável de recursos públicos para o Pronatec e preservar a continuidade das ações de qualificação profissional, o projeto assegura que o programa seja de fato uma política de Estado “e não uma armadilha eleitoral para capturar votos de brasileiros esperançosos”.

Perfil do Parlamentar

Deputada Gorete Pereira



Gilmar Félix / Câmara dos Deputados

A Deputada Gorete Pereira é formada em Fisioterapia pela Universidade de Fortaleza. A luta pelo social motivou o ingresso na política em 1988, quando se elegeu vereadora de Fortaleza por duas legislaturas. Foi deputada estadual e está no quarto mandato de deputada federal.

Na Câmara, é Vice-Líder do Partido da República - PR. Integra pelo 4º ano a Comissão de Orçamento. Participa das comissões de Trabalho; Constituição e Justiça; Mineração; Reforma Política; Reforma Tributária; Responsabilidade Educacional; e de diversas frentes parlamentares. Em seus mandatos defende a saúde, os direitos da mulher, do idoso, da criança e adolescente e das pessoas com deficiência.

Entre ações importantes, destacam-se a luta por recursos federais para obras estruturantes no Ceará e a defesa do estado e do nordeste na Reforma Tributária. A deputada atua em prol das reformas política e trabalhista, além da implementação de projetos importantes para o desenvolvimento econômico-social do país.

Relatou várias medidas provisórias, destinando recursos da Timemania para entidades filantrópicas de saúde; reestruturando carreiras federais e aprovando recursos para defesa civil e atendimento às vítimas de desastres naturais nas Regiões norte e nordeste.

A Deputada é Presidente Nacional do PR Mulher e procuradora-adjunta da Mulher da Câmara dos Deputados, com atuação marcante para o empoderamento feminino, combate à impunidade e fim da violência contra a mulher.

Agenda

05/11

Audiência Pública: Discutir o PL 8.255/2014, que “dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave”

Horário: 9h **Local:** Auditório do Anexo IV - Freitas Nobre

10/11

Audiência Pública: Discutir o teor do Projeto de Lei nº. 1.911/2015

Horário: 14h30 **Local:** A definir

Informativo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Presidente: **Benjamin Maranhão (SD/PB)** | Texto e diagramação: Melina Fleury | Colaboração: Agência Câmara | Fotos: Melina Fleury | Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados – Anexo II, Pav.Térreo, Ala A, Sala 50 CEP: 70.160-900 Fone: (61) 3216-66805 | e-mail: ctasp.decom@camara.leg.br | Site: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctasp>